

Publicação Mensal

2017

nº 7

Julho

ano
33

ISSN 1981-5514

BDM

Boletim de Direito Municipal

NDJ

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

CONSÓRCIOS PARA PRESTAÇÃO OU REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO (Thiago Marrara; Raul Miguel Freitas de Oliveira) **457**

ASPECTOS POLÊMICOS DA TRIBUTAÇÃO DO ISS REFERENTE ÀS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS (SUP) (Vinicius Tadeu Campanile) **475**

OS LIMITES DE REGULAMENTAÇÃO DO ESTADO SOBRE O TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS E A INCONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 5.587/2016 (Gabriel Senra da Cunha Pereira) **481**

O INSTITUTO DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM EXAME: PRIMEIRAS REFLEXÕES (Tauã Lima Verdan Rangel) **486**

QUESTÕES PRÁTICAS

CÂMARA MUNICIPAL – Hipóteses de licença dos vereadores – Matéria a ser disciplinada por lei orgânica – Regimento Interno – Ato normativo que se destina a regular o trabalho da edilidade – Previsão de licenças no Regimento Interno não constantes da LOM – Irregularidade **493**

CÂMARA MUNICIPAL – Satisfação de despesas decorrentes de viagens nacionais e internacionais para cumprimento, por parte de vereadores, de missões oficiais de interesse da Urbe – Admissibilidade – Preexistência ou edição de norma legal autorizadora – Pertinência entre as atividades desempenhadas pelos agentes políticos e o interesse do Município **493**

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

SERVIDOR PÚBLICO – Município – Adicional de insalubridade – Base de cálculo – Inexistência de disciplina normativa – Omissão legislativa – Fixação do vencimento básico como base de cálculo pelo Poder Judiciário – Legitimidade – Jurisprudência de ambas as Turmas firmada no sentido da decisão embargada (STF) **495**

DIREITO URBANÍSTICO – Imóvel que, embora seja sede de uma empresa, tem sido utilizado para fins de exploração de atividade econômica diversa – Locação de quartos e quitinetes, além de modificação, com acréscimo de área construída, sem a devida autorização do Município – Auto de infração lavrado há mais de

dois anos – Morosidade injustificada – Determinação do impulso do processo administrativo de regularização do imóvel no prazo de trinta dias – Solução da controvérsia, seja por meio de embargo ou demolição – Garantia da razoável duração do processo (TJGO) **498**

MEIO AMBIENTE – Ação civil pública – Determinação por sentença do recolhimento pelo Município de cães e gatos abandonados em via pública, além da disponibilização de locais para abrigo e tratamento veterinário – Controle judicial de políticas públicas – Não ocorrência de violação ao princípio da separação de Poderes – Omissão administrativa e resistência da Urbe em implementar as medidas – Controle da população de animais, da saúde pública dos jurisdicionados e da segurança – Afastamento, entretanto, da obrigação de o Município disponibilizar abrigo aos bichos entregues por cuidadores particulares (TJSC) **508**

AGENTE PÚBLICO – Serviço municipal de água e saneamento – Divulgação, por meio de comunicado interno, do suposto consumo de drogas pelo servidor no ambiente de trabalho – Exposição na mídia – Apuração por sindicância da inveracidade das informações – Pagamento de indenização por danos morais pela autarquia – Documento confeccionado de forma irresponsável que deu oficialidade a boatos (TJSP) **517**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Não ocorrência – Ocupação irregular de “casas de passagem” para abrigo provisório de famílias em situação de risco – Utilização como moradia e realização de ligações clandestinas para furto de energia – Ingresso das famílias autorizado verbalmente por ex-Prefeito, falecido durante o mandato – Impossibilidade da responsabilização do vice-Alcaide pelo ato – Razoabilidade do lapso temporal de um ano e meio para desocupação das casas, tendo em vista a hipossuficiência dos moradores – Inexistência de omissão dolosa ou culposa – Realocação e pagamento de aluguel social para uma das famílias, e ajuizamento de ação de reintegração de posse em relação à outra – Não cabimento da retomada *manu militari* (TJPR) **521**

ACUMULAÇÃO DE CARGOS – Exercício simultâneo do cargo efetivo de professor de magistério superior em universidade federal com o de secretário municipal de educação – Cargo em comissão não considerado como técnico ou científico, nos termos do art. 37, inc. XVI, *b*, da CF – Hipótese, entretanto, em que concedida licença sem remuneração ao docente – Regularidade – Inegáveis circunstâncias materiais atinentes ao proveito do saber acadêmico em prol da Urbe (TCU) **526**